

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.589 - RJ (2018/0252769-0)

AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MARISE BAETA SILVA
ADVOGADO : RITA INNOCENZA PROVENZANO E OUTRO(S) -
RJ040584

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por UNIÃO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, MARISE BAETA SILVA ajuizou ação anulatória em face da UNIÃO, objetivando a declaração de nulidade do acórdão nº 2780/2016, do Tribunal de Contas da União-TCU, que considerou indevida a pensão civil recebida pela interessada. Deu à causa o valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).

Aduz a pensionista que desde o falecimento de seu genitor, ocorrido no ano de 1973, vem recebendo pensão *post mortem*, com amparo na Lei n. 3378/1958. Em maio de 2017, o órgão pagador a informou a respeito de processo administrativo instaurado no âmbito do TCU, com o fito de apurar indícios de pagamento indevido da pensão.

Informa que cumula a pensão mencionada com proventos recebidos sob o Regime Geral de Previdência Social-RGPS. No entanto, considera que *os proventos a título de aposentadoria recebidos pelo INSS representam renda incapaz de proporcional subsistência condigna à autora sendo certo sua dependência econômica* (fl. 6).

Após sentença que julgou procedente, em parte, a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fls. 525-526):

ADMINISTRATIVO. PENSÃO CIVIL TEMPORÁRIA. ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 3.373/58. FILHA MAIOR DE 21 ANOS, SOLTEIRA E NÃO OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO PERMANENTE. CANCELAMENTO COM BASE EM CRITÉRIO OBJETIVO TARIFADO. ACÓRDÃO N. 2786/2016 DO TCU. IMPOSSIBILIDADE. DÚVIDA A RESPEITO DO REQUISITO DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. ÔNUS DA PROVA A ENCARGO DA PENSIONISTA. APRECIÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO SEGUNDO O CASO CONCRETO. NECESSIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

- O parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58 aplica-se aos casos

Superior Tribunal de Justiça

em que a pensão civil temporária já foi concedida à filha quando ela ainda era menor de 21 (vinte e um) anos, assegurando-lhe a continuidade do benefício, após a maioridade, (i) se não ocupar cargo público permanente e (ii) não contrair matrimônio ou viver em união estável, mantendo-se no estado civil de solteira, e (iii) desde que caracterizada a dependência econômica em relação à pensão, o que pressupõe a não percepção de quaisquer outras fontes de renda capazes de prover a subsistência da beneficiária.

- Ao conferir tratamento diferenciado às filhas maiores de 21 anos, solteiras e não ocupantes de cargo público permanente, o legislador partiu do pressuposto de que, ao atingirem a maioridade nessas condições, essas dependentes continuariam incapazes de prover o próprio sustento, dado o contexto histórico-social da época. A dependência econômica, nesse caso, é presumida e, embora não conste expressamente na norma por esse motivo, é um dos requisitos à percepção da pensão temporária, devendo, portanto, ser observada também para a manutenção/continuidade do seu pagamento, principalmente após o advento da Constituição de 1988 (art. 5º, I), que não recepcionou o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58, cuja aplicação tem se dado à luz do princípio *tempus regit actum*.

- Dependência econômica constitui conceito jurídico indeterminado, que deve ser entendido segundo a situação concreta de cada pessoa, da qualidade de seus gastos, sua realidade e dinâmica de vida, não se adstringindo, portanto, ao "mínimo existencial", à satisfação das necessidades vitais básicas que presumidamente são supridas pelo salário-mínimo, muito menos à idéia de "subsistência condigna" concebida no Acórdão nº 2780/2016 do TCU.

- É ônus da pensionista a demonstração de que depende da pensão especial caso essa presunção (*iuris tantum*) de dependência seja abalada por qualquer mudança positiva na sua situação econômica, capaz de, em tese, tornar desnecessário o pagamento do benefício pensionai.

- À luz do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CRFB/88), deve a Administração analisar de forma subjetiva o caso concreto de cada pensionista, assegurando-lhe o direito de comprovar, mediante a utilização de todos os meios idôneos de prova admitidos em Direito, que depende economicamente da pensão para sobreviver. Se a pensão temporária é cancelada com base em critério meramente objetivo - percepção de renda adicional superior ao salário mínimo -, sem que a condição de dependência econômica da pensionista seja concretamente apreciada pela Administração, mediante a análise de suas circunstâncias individuais e pessoais, impõe-se o restabelecimento do benefício.

- Apelação e remessa não providas.

Naquela decisão, tendo por pano de fundo o complexo probatório, restou consignado o que se segue (fl. 524):

(...)

Como se vê, não se trata de garantir a manutenção de padrão de vida, mas, a luz do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CRFB/88), de assegurar àquelas pensionistas que realmente necessitam da pensão o direito de recebê-la cumulativamente com outra renda, seja ela oriunda de atividade comercial empresarial ou dos cofres da previdência social.

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, uma vez que a autora também tem outra fonte de renda (aposentadoria por tempo de contribuição pelo RGPS), deve comprovar que depende economicamente da pensão temporária da Lei nº 3.373/58 para sobreviver. Porém, a condição de dependência não pode ser objetivamente avaliada, tomando-se por base a percepção de renda extra superior ao salário mínimo.

Com efeito, a existência ou não de dependência econômica deve ser subjetiva e concretamente apreciada pela Administração, mediante a análise das circunstâncias individuais e pessoais da pensionista, e independentemente do valor que esta recebe a título de renda adicional, o que não ocorreu in casu. (...)

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, UNIÃO interpôs recurso especial, apontando violação do art. 5º da Lei n. 3373/1958.

Sustenta, em síntese, que o Tribunal *a quo* proferiu decisão em desconformidade com o art. 5º da Lei n. 3373/1958, eis que, nos termos da mencionada lei, vigente no momento do falecimento de seu genitor, não faz jus ao recebimento da pensão pleiteada.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 549-708).

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso, nos termos do parecer de fls. 737-742.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Com efeito, não cabe a esta Corte Superior rever entendimento baseado no conjunto de fatos e de provas dos autos, firmado pelo Tribunal

local, no tocante à existência de dependência econômica, que justifica o recebimento da pensão *post mortem*, ante o óbice constante na Súmula nº 7/STJ.

Confira-se trecho do acórdão recorrido, às fls. 510-526, *litteris*:

Com efeito, parece evidente que a dependência econômica constitui conceito jurídico indeterminado, que deve ser entendido segundo a situação concreta de cada pessoa, a qualidade de seus gastos, sua realidade e dinâmica de vida, não se adstringindo, portanto, ao "mínimo existencial", à satisfação das necessidades vitais básicas que presumidamente são supridas pelo salário-mínimo, muito menos à idéia de "subsistência condigna" concebida no Acórdão nº - 2780/2016 do TCU.

Nesse ponto, é possível imaginar que, a depender da realidade vivida por uma pensionista, esta pode receber renda complementar de dois salários-mínimos apenas e não depender economicamente da pensão temporária para prover a própria subsistência, enquanto outra pensionista pode receber renda adicional equivalente ao teto do RGPS e, ainda assim, depender economicamente dessa pensão especial para se manter.

Como se vê, não se trata de garantir a manutenção de "padrão de vida", mas, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CRF/88), de assegurar àquelas pensionistas que realmente necessitam da pensão o direito de recebê-la cumulativamente com outra renda, seja ela oriunda de atividade comercial empresarial ou dos cofres da previdência social.

Destarte, uma vez que a autora também tem outra fonte de renda (aposentadoria por tempo de contribuição pelo RGPS), deve comprovar que depende economicamente da pensão temporária da Lei nº 3.373/58 para sobreviver. Porém, a condição de dependência não pode ser objetivamente avaliada, tomando-se por base a percepção de renda extra superior ao salário mínimo.

Com efeito, a existência ou não de dependência econômica deve ser subjetiva e concretamente apreciada pela Administração, mediante a análise das circunstâncias individuais e pessoais da pensionista, e independentemente do valor que esta recebe a título de renda adicional, o que não ocorreu in casu.

No mesmo sentido, é o parecer do *Parquet* federal (fls. 737-742), conforme a ementa:

REFERÊNCIA: PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO TEMPORÁRIA. REQUISITO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. NÃO COMPROVADA. REEXAME PROBATÓRIO. RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Aplica-se o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no

Superior Tribunal de Justiça

Enunciado Administrativo 7/STJ ("somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios para 11% (onze por cento) sobre o valor da condenação, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

